

O marxismo como referencial teórico nas dissertações de mestrado em educação da UFSCar (1976-1993)

Amarílio Ferreira Jr.
Marisa Bittar¹

INTRODUÇÃO

Interessados em conhecer a forma de aplicação do marxismo na universidade, uma vez que a nossa formação nessa corrente de pensamento havia sido realizada no âmbito da militância de esquerda marxista, realizamos uma pesquisa sobre as dissertações defendidas na área de Fundamentos da Educação do Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Federal de São Carlos (PPGE/UFSCar). Com este propósito, analisamos as dissertações produzidas desde a primeira defesa, ocorrida em abril de 1979, adotando a seguinte metodologia: (A) levantamento das dissertações em Fundamentos da Educação defendidas entre 1979 e 1993; (B) leitura dessas dissertações para coleta de dados, como: objeto de estudo; referencial teórico utilizado ou anunciado; tipo de pesquisa (bibliográfica; de campo; uso ou não de fontes primárias etc.).

Tomamos tal iniciativa em 1993 logo que ingressamos na UFSCar, pois desejávamos conhecer de maneira mais sistemática a produção científica do Programa no qual mais tarde iríamos atuar. Ao mesmo tempo, vivíamos a crise do marxismo após a queda do Muro de Berlim (1989) e o fim da URSS (1991). Neste contexto, em meio à decretação do “*fim da história*” e ao turbilhão de “axiomas” neoliberais

¹ Professores do Departamento de Educação da Universidade Federal de São Carlos (UFSCar) e doutores em História Social pela Universidade de São Paulo (USP-SP).

que inundaram a “*sociedade informática*”, ouvíamos que o marxismo teria perdido a sua capacidade teórico-metodológica de perscrutar o mundo fenomênico da realidade social capitalista.

Foi nesse ambiente de refluxo dos movimentos sociais e de niilismo político no campo das esquerdas que elaboramos o projeto de pesquisa “*O Mestrado em Fundamentos da Educação da UFSCar e as influências teóricas de seu tempo: 1976-1993*”². Para nós, que havíamos aderido ao marxismo na militância partidária de esquerda durante a luta contra a ditadura militar, e cientes da sua influência nos meios acadêmicos, o projeto tinha o objetivo de apreender o modo pelo qual a teoria do conhecimento marxista havia sido aplicada na UFSCar, durante as décadas de 1970 e 1980³.

Contrariando a onda dos denominados “*novos paradigmas*”, fomos procurar respostas para as nossas inquietações nas próprias obras marxianas. Não somente para entender o significado da dramática crise que assolava a “*filosofia da práxis*”, mas, sobretudo, para buscar elementos teóricos que pudessem respaldar a nossa futura atuação na pós-graduação como pesquisadores e orientadores filiados à corrente epistemológica marxista.

OS PRESSUPOSTOS METODOLÓGICOS DA PESQUISA

Primeiramente devemos salientar que, do total de 63 dissertações analisadas, 48 utilizaram o referencial teórico marxista⁴. Mas aqui exporemos apenas um dos aspectos alcançados pela pesquisa: o nexó dialético manifesto entre teoria do conhecimento e história. A existência dessa relação é insofismável: os objetos de investigação no campo educacional são oriundos das complexas e contraditórias relações sociais que os homens estabelecem entre si e a natureza no processo de produção tanto da vida

2 Amarílio Ferreira Jr. e Marisa Bittar, “Teoria do Conhecimento, História e o Mestrado em Fundamentos da Educação do PPGGE (1976-1993)”. *Informando*: Informativo do Programa de Pós-Graduação em Educação da UFSCar. São Carlos, (4): 2-3, nov.-dez., 2000.

3 Uma panorâmica da influência do marxismo na Pós-Graduação em Educação no Brasil, durante as décadas de 1970 e 1980, pode ser encontrada em: Silvio Ancizar Sanchez Gamboa, “A dialética na pesquisa em educação: elementos de contexto”. In: Ivani Fazenda (Org.). *Metodologia da pesquisa educacional*. São Paulo, Editora Cortez, 1989, p. 91-115.

4 A exigüidade de espaço impede-nos de mencionar cada uma das dissertações analisadas, cujos dados encontram-se disponíveis em nossos arquivos.

material quanto espiritual. Portanto, as problemáticas de estudo estão sempre vinculadas aos contextos historicamente dados. Por conseguinte, a teoria do conhecimento nada mais é do que uma expressão, no plano da racionalidade lógica, dessa realidade histórica na qual os fenômenos educacionais são forjados. Em outras palavras, os fenômenos engendrados pela sociedade dos homens são sempre portadores das manifestações não só dos elementos objetivos oriundos do reino das necessidades materiais, mas, também, concebidos pela subjetividade desses mesmos homens.

Então, qual era o traço distintivo que historicamente caracterizava o Brasil da época? Ora, a sociedade brasileira tinha sofrido um acelerado e autoritário processo de modernização das suas relações capitalistas de produção após o golpe de Estado de 1964. No final do chamado “*milagre econômico*” (1968-1974), ela já era uma sociedade urbano-industrial⁵. O regime militar, ao mesmo tempo em que implementava o seu modelo econômico, introduzia profundas transformações no campo educacional buscando, pela via prussiana, adequá-lo ao modelo de modernização autoritária. Em 1968, patrocinou uma “reforma universitária” por meio da Lei n.º 5540 e, em 1971, criou o ensino de 1º e 2º graus mediante a adoção da Lei n.º 5692. Com isso, introduzia mudanças institucionais que significaram um ponto de inflexão na história da educação brasileira, pois deu início à ampliação quantitativa do acesso das camadas populares à escola pública. Além disso, duplicou de quatro para oito anos a obrigatoriedade do ensino fundamental.

As conseqüências daí advindas foram várias, mas duas merecem destaque: a implantação sistemática da pesquisa no âmbito das universidades públicas, por meio dos atuais programas de pós-graduação, e a eclosão de uma gama substantiva de novos fenômenos educacionais decorrentes da expansão quantitativa do ensino fundamental. Concomitantemente a este processo ocorreu a derrota da luta armada empreendida por organizações de esquerda contra o regime militar (1974) refletindo o recrudescimento da repressão policial-militar sobre a sociedade civil⁶. Neste mesmo contexto, um dos poucos espaços possíveis para a veiculação do marxismo no Brasil passou a ser a própria esfera acadêmica, para onde, inclusive, muitos intelectuais de oposição haviam ingressado. Esses quadros, alguns dos quais advindos daquela luta, passaram a atuar

5 Maria Helena Moreira Alves, *Estado e oposição no Brasil (1964-1984)*. 3ª ed. Tradução: Clóvis Marques.

Petrópolis, Editora Vozes, 1985. p. 145 e seguintes.

6 *Idem*, p. 160 e seguintes.

como professores e orientadores dos programas de pós-graduação, particularmente na área da educação. Aqui temos, pois, o ponto de intersecção entre o marxismo, como epistemologia, e a produção do conhecimento no campo educacional. Vale ressaltar que a presença desses intelectuais de esquerda na universidade revelava um aspecto contraditório do processo político-educacional da época, pois, ao mesmo tempo em que a ditadura pretendia manter o total controle sobre a educação (como aparelho ideológico de Estado), não conseguia impedir que no seu interior se desenvolvesse a crítica mais radical contra a ditadura e contra o capitalismo: a crítica marxista.

OS RESULTADOS DA PESQUISA

Quanto ao método marxista utilizado nas 48 dissertações mencionadas, a leitura que realizamos permitiu-nos identificar duas formas distintas de sua aplicação na investigação da realidade educacional brasileira nos decênios de 1970 e 1980.

1ª) O marxismo estruturalista⁷. Tal abordagem coincide com o período mais repressivo do regime militar e tem como referência teórica os textos de Louis Althusser ou as derivações da *leitura* por ele realizada das obras marxianas. A principal característica dessa tendência foi a tentativa de suprimir a influência que a dialética hegeliana exerceu no processo de formação do pensamento marxista. Para o estruturalismo althusseriano, o marxismo reduzia-se a uma epistemologia científica de interpretação da realidade concreta do mundo, ou seja, era desprovido de qualquer tipo de ideologia⁸. Nas dissertações de mestrado analisadas, tal corrente, paradoxalmente, manifestou-se quase sempre por meio de uma “ideologia estruturalista” e não mediante a aplicação do método estrutural. Nesses trabalhos percebemos uma recusa em investigar a realidade empírica do mundo educacional brasileiro da época, uma vez que a instituição escolar era pura e simplesmente concebida como um aparelho reprodutor

- - - - -

7 Para uma ampla compreensão do marxismo estruturalista, conferir: René Ballet *et al.*, *Estruturalismo e marxismo*. Tradução: Carlos Henrique de Escobar. Rio de Janeiro, Zahar Editores, 1968, p. 289.

8 Sobre o significado da dialética hegeliana no pensamento de Marx, conferir: Louis Althusser, *Análise crítica da teoria marxista*. Tradução: Dirceu Lindoso. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1967, p. 140 e seguintes.; Louis Althusser, “Sobre a relação de Marx com Hegel”. In: D’Hont, Derrida, Althusser *et al.* *Hegel e o pensamento moderno*. Porto, Rés Editora, 1979. p. 110 e seguintes; Louis Althusser. “O marxismo não é um historicismo”. In: Althusser *et al.* *Ler O Capital*. Tradução: Nathanael C. Caixeiro. Rio de Janeiro, Zahar Editores, 1980. v. II, p. 65 e seguintes.

da ideologia gerada nas entranhas do regime militar⁹. As dissertações, via de regra, preocupavam-se em estabelecer o que seria o verdadeiro método científico marxista com base na pesquisa bibliográfica sobre Marx, Engels, Lênin, Althusser, Lukács e Gramsci, realizando uma espécie de “escolástica marxista” com longas citações, e, não raro, com enquadramento dogmático da realidade à teoria.

Observamos, também, o anúncio do referencial teórico na Introdução das dissertações ou no primeiro capítulo, e, paradoxalmente, a ausência – ou quase ausência – da sua aplicação no corpo do trabalho, evidenciando, nesses casos, uma desarticulação entre teoria anunciada e abordagem do objeto. Geralmente, a preocupação dos autores traduzia-se em longas citações sobre “*o capital monopolista*”, “*o modo de produção capitalista*”, “*a ideologia burguesa*” etc. Quanto à educação escolarizada, quase não mereceu a atenção desses pesquisadores já que, pelo prisma althusseriano, ela servia exclusivamente para reproduzir e perpetuar o modo de produção capitalista.

Tal postura, como dissemos, justificava-se pela opção teórica e pelo momento político brasileiro, a ditadura militar, uma vez que, sendo a educação aparelho ideológico de Estado, a escola estaria fadada a reproduzir o autoritarismo. Assim, a denúncia da ditadura e das contradições do modo capitalista de produção nessas pesquisas são aspectos mais importantes do que o estudo das condições e das contradições da própria realidade educacional brasileira¹⁰.

2^a) O marxismo dialético¹¹. Essa interpretação corresponde ao processo da transi-

9 Sobre o conceito de “aparelho ideológico de Estado”, conferir: Louis Althusser, *Aparelhos ideológicos de Estado*: notas sobre os Aparelhos Ideológicos de Estado. Tradução: Walter José Evangelista et al. 4^a Ed. Rio de Janeiro, Edições Graal, 1989, p. 66 e seguintes.

10 Três textos críticos em relação ao marxismo althusseriano, produzidos no Brasil, são dignos de nota: Miriam Limoeiro Cardoso, “A ideologia como problema teórico”. In: Miriam Limoeiro Cardoso, *Ideologia do desenvolvimento Brasil*: JK-JQ. 2^a Ed. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1978, p. 39-84.; Caio Prado Jr., “O marxismo de Louis Althusser”. In: Caio Prado Jr., *Estruturalismo de Levi-Strauss. Marxismo de Louis Althusser*. São Paulo, Editora Brasiliense, 1971, p. 71-108.; Carlos Nelson Coutinho, *O estruturalismo e a miséria da razão*. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1972, p. 224.

11 Sobre a importância da dialética hegeliana no pensamento de Marx, consultar: Karl Marx. “Carta a Ludwig Kugelmann, de 27 de junho de 1870”. In: Karl Marx, *O 18 Brumário. Cartas a Kugelmann*. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1977, p. 276-278.; Friedrich Engels. “Carta a Conrad Schmidt, 27 de outubro de 1890”. In: Marx e Engels, *Obras escolhidas em três tomos*. Tradução: José Barata-Moura et al. Lisboa-Moscovo, Editorial “Avanti!” - Edições Progresso, 1985, p. 549-556.; Antonio Gramsci. “A filosofia de Benedetto Croce”. In: Antonio Gramsci, *Cadernos do cárcere*. Tradução: Carlos Nelson Coutinho. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 1999, v. I, p. 275 e seguintes.

ção da ditadura para o Estado de direito democrático e pauta-se principalmente pela aplicação do marxismo gramsciano na investigação do fenômeno educativo. As pesquisas deixaram de ser unicamente bibliográficas e passaram a interpretar as problemáticas produzidas pela realidade concreta do mundo educacional brasileiro, uma vez que, segundo a contribuição teórica de Gramsci, a escola, apesar de se constituir em aparelho ideológico de Estado, ela própria é permeada por contradições, podendo e devendo exercer a luta contra-hegemônica na perspectiva das classes subalternas. A epistemologia marxista, nessa vertente, foi empregada em larga medida concebendo o materialismo histórico e o materialismo dialético como dois momentos de um mesmo método e não ao contrário, tal como fazia o estruturalismo althusseriano. Portanto, era utilizada tanto para se investigar o caráter histórico quanto ideológico dos fenômenos reais da educação brasileira.

Os resultados a que chegamos permitem-nos duas conclusões importantes: (A) a relativa correspondência entre o período histórico e a aplicação das epistemologias marxistas. Enquanto o estruturalismo althusseriano foi empregado na fase autoritária, de estabilidade gerada pelo “*milagre econômico*”, o marxismo dialético, especialmente na versão gramsciana, é mais aplicado para se compreender a iniciativa política da sociedade civil contra a manutenção da ordem autoritária imposta pelo regime militar; (B) a distinção nos padrões de produção do conhecimento educacional. O emprego da concepção estruturalista gerou um tipo de dissertação centrada na tentativa de definir qual era o “*verdadeiro*” método marxista de investigação – esses trabalhos, geralmente, eram teóricos, isto é, de pesquisa bibliográfica. Já com o marxismo dialético, a pesquisa tomou o sentido do real fundando o estudo em fontes empíricas que contemplavam tanto o histórico quanto o ideológico do objeto investigado. Em síntese, podemos afirmar que a primeira forma assumiu um caráter mais ideológico do que a segunda.

CONCLUSÃO

Conforme apontamos, houve limites na aplicação do marxismo nas pesquisas realizadas durante as décadas de 1970 e 1980. Mas entendemos que tais limites, em grande parte, originavam-se do contexto político da época e do estágio em que se encontrava a pesquisa educacional no Brasil. Entretanto, se a última quadra do século XX, por um lado, consolidou a pesquisa educacional brasileira, por outro, em decorrência da derrocada da URSS, o marxismo deixou de ser a grande referência episte-

mológica no campo educacional. Em seu lugar, assumiram proeminência os chamados “novos paradigmas”. Neste sentido, analisando tais influências, Dermeval Saviani, um dos fundadores do PPGE/UFSCar, demonstrou a seguinte preocupação com os desafios de hoje:

Eu acho que a área atingiu certo nível de consolidação institucional com a ANPED, uma entidade respeitável perante as outras áreas científicas, então, nesse sentido, o quadro hoje é mais favorável, quer dizer, mais sólido, mas, por outro lado, ele é mais precário em função dessa onda dita neoliberal, desse modismo, dessas tendências irracionalistas. Então, a pesquisa sofre o impacto dessas tendências e, nesse sentido, como essas tendências são desagregadoras, a idéia de totalidade se perdeu, então a pesquisa educacional também é alvo disso (...). Hoje é interdisciplinaridade, multidisciplinaridade no cotidiano, nas dobras do cotidiano... noções que você fica se perguntando de onde vieram e até se o próprio autor tem consciência do que está sendo dito. Às vezes é mais modismo... ‘dobras do cotidiano’... não sei realmente o que é isto! Então esse é o quadro hoje¹².

De fato, em 1995, em plena hegemonia do neoliberalismo, este era “o quadro”. Mas a dialética da história mostrou os próprios limites da globalização do capital financeiro internacional e, com isto, a insuficiência daquelas interpretações situadas “nas dobras do cotidiano”! Assim, a crise do capitalismo global e os fenômenos daí engendrados têm exigido o uso do marxismo como instrumental de análise. Uma vez que o objeto de estudo de Marx – a sociedade burguesa – não desapareceu, o seu método de investigação continua válido. Talvez isto explique a “redescoberta” do marxismo como epistemologia, especialmente nos últimos anos da década de 90 do século XX. Percebemos, enfim, a tendência salutar de se buscar a leitura dos próprios textos marxianos como teoria explicativa dos novos fenômenos sociais e culturais engendrados pelas transformações estruturais que as relações capitalistas de produção sofreram em escala mundial. No caso da UFSCar, essa tendência pode ser aquilatada com a retomada dos estudos de Marx, Engels e Gramsci nas disciplinas e nas pesquisas em História e Filosofia da Educação.

¹²Dermeval Saviani. *Entrevista*. Campinas, 19 junho de 1995.